



Sessões de 12 e 14 de setembro de 2017

## Informativo

### Decisões TCDF nº 30/2017

*O texto apresentado neste informativo é um extrato produzido pelo Serviço de Jurisprudência a partir dos votos dos relatores.*

*Trata-se do posicionamento do TCDF nas matérias abordadas por ocasião dos julgamentos e que conduziram às decisões referenciadas.*

*Necessário lembrar que aqui se trata somente da fase do julgamento que levou à decisão atual e não do processo como um todo.*

*As teses constantes deste informativo não representam o texto exato da decisão, não sendo, portanto, repositório oficial.*

*Para conhecimento mais aprofundado da matéria, acesse o inteiro teor da decisão, das peças processuais e de outras normas citadas, utilizando os links disponibilizados neste informativo.*

*Serviço de Jurisprudência*  
*[jurisprudencia@tc.df.gov.br](mailto:jurisprudencia@tc.df.gov.br)*

# Sumário

## CONTAS

1. CONTAS. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. RESPONSABILIZAÇÃO DO GESTOR. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA PARA EXERCÍCIO DO CARGO. PREJUÍZO AO ERÁRIO.
2. TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. FRACIONAMENTO IRREGULAR DE LICITAÇÃO. OBJETOS DE MESMA NATUREZA. APOSIÇÃO DE RESSALVAS ÀS CONTAS.

## LICITAÇÃO

1. CONTRATO E OUTROS AJUSTES. PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. INTERVENÇÃO NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO. ASSUNÇÃO DE DESPESAS PRIVADAS DE PERMISSIONÁRIO SOB INTERVENÇÃO.
2. LICITAÇÃO. EXECUÇÃO DE OBRA. TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO LICITADO. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PELA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS. MODIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE DE PREÇOS DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL. ADITIVO CONTRATUAL. ACRÉSCIMO DE SERVIÇO. JOGO DE PLANILHA. AMPLIAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL. PROJETO BÁSICO DESATUALIZADO OU INCOMPLETO. RESPONSABILIDADE DO CORPO TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO. PLANILHA DE CUSTOS. CUSTOS DE ENSAIOS, TESTES E PROVAS.
3. LICITAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO IRREGULAR. RESPONSABILIDADE DA AUTORIDADE SUPERIOR.
4. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXECUÇÃO DE ATIVIDADE SIMILAR AO SERVIÇO LICITADO.

## PESSOAL

1. PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. TÉCNICO EM RADIOLOGIA E ATIVIDADES CORRELATAS. JORNADA DE TRABALHO SEMANAL.

## PROCESSUAL

1. PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. COMPETÊNCIA DA PGDF – PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA. PAGAMENTO PELA VIA ADMINISTRATIVA. QUITAÇÃO DO DÉBITO.
2. PROCESSUAL. APLICAÇÃO DE MULTA. CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DA SANÇÃO. GRADAÇÃO DO VALOR DA MULTA.
3. PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.



## CONTAS

1. CONTAS. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. RESPONSABILIZAÇÃO DO GESTOR. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA PARA EXERCÍCIO DO CARGO. PREJUÍZO AO ERÁRIO.

A incapacidade técnica ou administrativa, em virtude de nível de escolaridade ou experiência profissional, não afasta a responsabilidade do gestor por prejuízo causado ao erário, ainda que não tenha auferido vantagens pessoais ou agido com dolo ou má-fé.

Decisão por unanimidade neste ponto.

[Processo nº 11953/2009. Decisão nº 4398/2017.](#)

Precedente TCDF: [Decisão nº 3241/2017.](#)

2. TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. FRACIONAMENTO IRREGULAR DE LICITAÇÃO. OBJETOS DE MESMA NATUREZA. APOSIÇÃO DE RESSALVAS ÀS CONTAS.

O fracionamento irregular de licitação, não havendo a ocorrência de prejuízo ao erário, enseja apenas a aposição de ressalva às contas dos responsáveis.

Decisão por maioria.

[Processo nº 10614/2012. Decisão nº 4375/2017.](#)

Precedentes TCDF: Decisões nºs [3573/2017](#), [812/2017](#), [6432/2016](#), [2901/2016](#).

## LICITAÇÃO

1. CONTRATO E OUTROS AJUSTES. PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. INTERVENÇÃO NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO. ASSUNÇÃO DE DESPESAS PRIVADAS DE PERMISSIONÁRIO SOB INTERVENÇÃO.

A titularidade de empresas sob intervenção do Estado, bem como eventuais dívidas trabalhistas ou com fornecedores de insumos contraídas durante o período da permissão, não se transferem para o Poder Público com o advento da intervenção.

Decisão por maioria.

[Processo nº 35298/2013. Decisão nº 4498/2017.](#)

2. LICITAÇÃO. EXECUÇÃO DE OBRA. TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO LICITADO. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PELA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS. MODIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE DE PREÇOS DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL. ADITIVO CONTRATUAL. ACRÉSCIMO DE SERVIÇO. JOGO DE PLANILHA. AMPLIAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL. PROJETO BÁSICO DESATUALIZADO OU INCOMPLETO. RESPONSABILIDADE DO CORPO TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO. PLANILHA DE CUSTOS. CUSTOS DE ENSAIOS, TESTES E PROVAS.

1. 'Ainda que o gestor ateste a conclusão do objeto contratado, a responsabilidade da empresa não pode ser afastada quando houver evidências da má qualidade dos serviços por ela executados'.

2. É inadmissível a modificação do índice de reajuste de preços prefixados no contrato durante a execução contratual, por se tratar de violação à isonomia e ao disposto no art. 3º c/c o art. 40, inc. XI, da [Lei nº 8.666/93](#).

3. A elaboração de termos aditivos para acréscimos de serviços deve considerar os preços referenciais da Administração vigentes à época da licitação (sistemas oficiais de custos e taxa de BDI do orçamento base) e não os preços em vigor à época do aditamento, observando-se a manutenção do mesmo percentual de desconto entre o valor global do contrato original e o obtido a partir dos preços referenciais à época da licitação, de forma a se evitar a ocorrência de "jogo de planilha".



4. A Administração deve abster-se de realizar alterações contratuais cuja finalidade seja a inclusão de serviços que não guardem similaridade com o objeto licitado e que não sejam claramente justificados por modificações do projeto ou de suas especificações técnicas.

5. “A utilização de projeto básico desatualizado ou incompleto, baseado em normas técnicas revogadas e que não reúne todos os elementos necessários capazes de demonstrar a viabilidade técnica do empreendimento, configura atuação desidiosa da administração contratante, podendo acarretar a responsabilização do corpo técnico de engenheiros responsáveis por sua aprovação”.

6. Os editais licitatórios devem especificar a obrigatoriedade de o contratado suportar os custos dos ensaios, testes e provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato, impedindo a previsão desses serviços como itens autônomos na planilha orçamentária do contratado, ou, alternativamente, especificar a possibilidade de esses custos estarem presentes como itens autônomos na planilha de custos.

Decisão por unanimidade nos pontos apresentados.

[Processo nº 29565/2013-e. Decisão nº 4463/2017.](#)

Precedentes TCDF: Item 1: [Decisão nº 909/2017.](#)

### 3. LICITAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO IRREGULAR. RESPONSABILIDADE DA AUTORIDADE SUPERIOR.

Cabe à autoridade competente para a homologação do certame examinar se os atos praticados no âmbito do processo licitatório foram efetivados em conformidade com a legislação de regência e com as regras estabelecidas no edital convocatório, sob pena de responsabilidade, uma vez que, ao homologar a licitação, aprova todos os atos praticados no processo.

Decisão por unanimidade neste ponto.

[Processo nº 11953/2009. Decisão nº 4398/2017.](#)

Precedentes: TCDF: Decisões nºs [2263/2017](#), [1216/2016](#); TCU: Acórdãos nºs [618/2011-P](#), [681/2005-P](#), [4791/2013-II](#).

### 4. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXECUÇÃO DE ATIVIDADE SIMILAR AO SERVIÇO LICITADO.

Os atestados de qualificação técnica não precisam demonstrar a execução de objetos idênticos, mas somente demonstrar serem pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, conforme inteligência do artigo 30, inciso II, da [Lei nº 8.666/1993](#).

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 17808/2017-e. Decisão nº 4391/2017.](#)

Precedentes TCDF: Decisões nºs [5993/2016](#), [3144/2016](#).

## PESSOAL

### 1. PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. TÉCNICO EM RADIOLOGIA E ATIVIDADES CORRELATAS. JORNADA DE TRABALHO SEMANAL.

Admite-se a fixação de jornada laboral semanal de categoria funcional de técnico em radiologia superior às 24 horas semanais previstas na [Lei Federal nº 7.394/85](#) (regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia) desde que as horas de trabalho excedentes sejam realizadas em outras atividades inerentes ao exercício do cargo, nas quais não haja exposição à radiação.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 3490/2017-e. Decisão nº 4378/2017.](#)

Precedentes TJDF: Acórdãos nºs [1025712](#), [877021](#).



**PROCESSUAL**

1. PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. COMPETÊNCIA DA PGDF – PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA. PAGAMENTO PELA VIA ADMINISTRATIVA. QUITAÇÃO DO DÉBITO.

Uma vez remetido o acórdão à PGDF para cobrança judicial, ainda que o pagamento ocorra pela via administrativa na citada procuradoria, não cabe mais a este TCDF expedir a correspondente quitação, competindo tal providência ao próprio órgão perante o qual o pagamento foi realizado.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 26971/2017-e. Decisão nº 4452/2017.](#)

Precedente TCU: [Acórdão nº 5727/2017-I.](#)

2. PROCESSUAL. APLICAÇÃO DE MULTA. CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DA SANÇÃO. GRADAÇÃO DO VALOR DA MULTA.

“A gradação do valor da multa deve levar em consideração a gravidade da infração, com a valoração das circunstâncias fáticas e jurídicas envolvidas - relevância e materialidade da falta cometida, condições de exercício de cargo ou função, isonomia de tratamento com casos análogos, reiteração de conduta indevida, assim como o dolo ou culpa com que possa ter agido, dentre outras -, resguardados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade”.

Decisão por maioria.

[Processo nº 11953/2009. Decisão nº 4398/2017.](#)

Precedentes TCDF: Decisões nºs [3393/2017](#), [1255/2017](#).

3. PROCESSUAL. TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.

A ausência de notificação do responsável pela prestação de contas para apresentação de defesa perante o controle interno não invalida os atos processuais realizados pelo controle externo, uma vez que a apuração interna constitui mero procedimento de controle, cujo litígio se estabelece no momento próprio para a defesa dos responsáveis perante esta Corte de Contas, quando devem ser observados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Decisão por maioria.

[Processo nº 10614/2012. Decisão nº 4375/2017.](#)

Precedente TCDF: [Decisão nº 2078/2017.](#)

